

têm acesso ao piso nacional salarial, que não têm acesso à evolução na carreira, que são privadas de direitos elementares do ponto de vista das conquistas do Magistério nacional.

Essas professoras são mal remuneradas. Não há para elas investimento em formação. A nosa luta é para que elas tenham salários dignos, que elas tenham os seus direitos reconhecidos por lei, mas nada disso acontece. Nunca houve, historicamente, uma preocupação nesse sentido.

Mas agora, na reta final da campanha, num momento de desespero total, o governo Bruno Covas, através de diretorias de ensino, vem instrumentalizando, criando terrorismo, baixando o terrorismo psicológico, a mentira, fake news, dizendo que o Guilherme Boulos vai acabar com os convênios.

Na verdade, a crítica, repito aqui, do Guilherme Boulos, é contra as máfias. Logicamente que nós defendemos que o atendimento à Educação infantil seja feito pela rede direta. Na verdade, se nós temos um número já excessivo de entidades conveniadas, é porque houve omissão histórica da Prefeitura de São Paulo, de sucessivos governos que permitiram essa situação. Agora não tem como acabar com esses convênios. É impossível. Você tem que manter o atendimento.

Agora, mesmo momento, nós temos que combater as máfias das creches na cidade de São Paulo, Sr. Presidente. É muito grave, isso. É um crime eleitoral. Também é um crime administrativo. O Ministério Público tem que interferir. Porque estão usando a máquina pública, a estrutura administrativa, para fazer propaganda mentirosa, fake news, contra uma outra candidatura, que é a do Guilherme Boulos e da Erundina.

Então, é muito importante que o Ministério Público investi-gue todas essas denúncias. Por isso que nós protocolamos hoje essa representação. Espero que providências sejam tomadas e que a própria administração do Bruno Covas tome providências em relação a isso, porque nós estamos acompanhando, mapeando e fiscalizando, Sr. Presidente.

Nós temos os contatos de várias professoras das creches conveniadas, que são exploradas, com salários baixíssimos, porque a Prefeitura não repassa, não investe recursos adequados à formação e sobretudo aos salários dignos das nossas colegas professoras das redes conveniadas.

Então nós estamos fazendo a fiscalização também, acompanhando essa manobra desesperada, imoral, ilegal e antiética, que tem que ser investigado o Bruno Covas, o governo Bruno Covas, com a autorização da Secretaria Municipal da Educação, que nada está fazendo para deter essa tentativa de lavagem cerebral das comunidades que são atendidas pelas creches conveniadas.

Querem impor uma mentira, uma fake news, para as professoras da rede conveniada, para as gestoras. É isso que a gestão está fazendo através dessa reunião e eles vão manter, me parece, essa reunião hoje à noite, às 19 horas, convidando até mesmo as professoras - elas são convidadas. Logicamente que eles vão baixar o terror. Isso, infelizmente, sempre acontece em época de eleição, mas nós não vamos permitir, presidente. Haverá reação contra essa medida.

Quero aproveitar ainda, Sr. Presidente, o meu tempo aqui na tribuna de hoje para dizer que eu apresentei na semana passada, na última quinta-feira, no dia 19, um projeto de lei complementar, que é o PLC nº 32, que assegura o direito à contagem de tempo para todos os fins, inclusive para obtenção de vantagens por tempo de serviço, como quinquênio, sexta-parte e licença-prêmio.

Esse projeto de lei, na verdade, Sr. Presidente, coloca a real interpretação da Lei Complementar nº 173, aquela lei federal que foi aprovada no Congresso Nacional e sancionada pelo Bolsonaro, a lei lá do Paulo Guedes, de ataque aos servidores. Todos se lembram aqui daquela famigerada reunião de abril, quando o Paulo Guedes disse que ia colocar uma granada no bolso do inimigo.

Esse inimigo era o servidor público. E ele fez. Colocou e ela explodiu. Explodiu na Lei Complementar nº 173, que congelou os reajustes, congelou as reposições das perdas inflacionárias, congelou vários direitos e benefícios dos servidores públicos em todo o Brasil, dos municipais, dos estaduais e dos federais.

Só que a lei não é explícita, e não fala em congelamento de evolução funcional, que é um direito já garantido na legislação. Isso não significa necessariamente gasto. Esse já é um direito adquirido. Já está no estatuto de todos os servidores do Brasil, dos municipais, estaduais e federais.

Mas daí, aqui em São Paulo, sobretudo, o governo Doria, o Bolsodoria, é mais realista do que o rei. Ai eles para prejudicar os servidores públicos se unem. Estão todos juntos: Bruno Covas, Doria e Bolsonaro. Os três juntinhos contra os trabalhadores e as trabalhadoras para saquear direitos, depredar direitos conquistados pelos trabalhadores.

Na pauta econômica, eles estão juntos para massacrar os trabalhadores e as trabalhadoras. No caso aqui, os trabalhadores dos serviços públicos. Por isso que o “Mais São Paulo” é mais realista do que o rei, porque o estado de São Paulo com as gestões do PSDB, desde Mário Covas até agora, se tornou o grande laboratório desses ataques aos servidores.

E aí o governo Doria faz uma interpretação além da lei. Ele é mais realista ainda do que o Bolsonaro, mais realista do que o rei, e ele ataca também. Ele congela os quinquênios, a sexta-parte e a licença prêmio dos servidores estaduais, Sr. Presidente.

Aí é uma interpretação que se faz, porque não sou eu que estou dizendo isso. Já tem várias ações de primeira instância, de servidores que entraram com esse remédio jurídico, e estão ganhando. Tenho várias aqui.

Eles estão ganhando e a Justiça está dizendo que não pode congelar, porque isso não se aplica, isso não está explícito na Lei Complementar nº 173. Então, o projeto de lei que eu apresentei, o PLC 32, está no “Diário Oficial”. O projeto será encaminhado agora para a Comissão de Constituição e Justiça, e é muito claro. Ele debate aqui não a lei em si, mas a interpretação da lei.

Então, nós estamos mostrando aqui por “A” mais “B” que essa lei não atinge, não exige o congelamento do quinquênio dos servidores, da sexta-parte e da licença-prêmio, que são conquistas históricas dos nossos servidores.

Então, eu peço o apoio de todos os deputados e deputadas comprometidos, de fato, com a luta, com os direitos e com a dignidade dos servidores do estado de São Paulo. Peço que os deputados se engajem nessa luta para a aprovação do projeto de lei complementar que eu apresentei, o PLC 32/20, presidente.

Presidente, posso ainda fazer mais uma intervenção?

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Colocando aqui os meus assuntos em dia, aproveitando a oportunidade, são vários, Sr. Presidente. Eu não posso aqui também deixar de manifestar o meu repúdio e a minha indignação com algo que foi publicado no “Diário Oficial” na semana passada exatamente, Sr. Presidente, no dia 18 agora de novembro. Eu fiquei chocado quando li, eu não acreditei. Falei: “Não é possível, gente, que isso esteja acontecendo novamente”.

Eu me refiro aqui à nomeação do Fernando Padula, que estava envolvida naquele caso gravíssimo da máfia da merenda escolar aqui do estado de São Paulo. Inclusive, foi instalada uma CPI em 2016, quando o Ministério Público iniciou uma investigação juntamente com a Polícia Civil, e lançou aquela operação “Alba Branca” para investigar a máfia da merenda escolar, o desvio de recursos da alimentação das crianças da rede estadual de ensino.

Era uma máfia organizada por empresários, por agentes de cargos comissionados, chefes de gabinetes de secretários, chefe de gabinete da Casa Civil, conhecido como “Moita”. O chefe de gabinete da Secretaria da Educação foi envolvido, esse Fernando Padula, deputados estaduais foram citados, e até deputados federais nessa operação foram investigados, foram citados.

Houve uma CPI aqui, o Ministério Público investigou - não sei se terminou a investigação -, a Polícia Civil também. É um

caso gravíssimo, eu diria que é um crime hediondo, um crime bárbaro, desviar recursos da merenda escolar da rede estadual. O fato, Sr. Presidente, é que esse ex-chefe de gabinete da Secretaria da Educação, cujo nome estava citado, parece que foi investigado, teve que sair. Parece-me que foi exonerado, ou pediu exoneração, porque estava pegando mal manter uma pessoa envolvida na máfia da merenda escolar na Secretaria.

Ele foi afastado. Posteriormente, o governo Alckmin fez uma nomeação dessa mesma pessoa para ser coordenador daquele Arquivo do Estado de São Paulo, que fica ali na região de Santana. E agora eu vi, eu fiquei chocado, Sr. Presidente, porque ele foi nomeado; agora eu recebi um outro presente.

Ele não caiu para baixo; ele caiu para cima. Imagine, uma pessoa envolvida na máfia da merenda escolar recebeu agora um cargo exatamente na Secretaria, Sr. Presidente, essa Secretaria de Projetos e Orçamento, que é a Secretaria do Mauro Ricardo.

O Mauro Ricardo foi o mentor intelectual do PL 529, esse projeto contra o qual nós votamos, mas que, infelizmente, foi aprovado, que criou o desemprego em São Paulo, que criou o aumento dos impostos, que prejudicou os servidores, aumentando a alíquota de contribuição do lamspe.

Esse projeto que acabou com a possibilidade de as pessoas pobres terem acesso à casa popular, porque extinguiui a CDHU, a EMTU, a Sucen, que é uma superintendência do SUS, da Secretaria da Saúde, que combate as endemias no estado de São Paulo, como a dengue, a febre amarela, a zica, a malária. Ela foi praticamente extinta pelo PL 529, projeto de enxugamento, de ajuste fiscal, contra a população, contra o povo, contra os trabalhadores.

Ele agora foi nomeado chefe de gabinete do Mauro Ricardo. Está aqui a publicação dele na semana passada, Sr. Presidente, um absurdo.

Eu fiquei chocado porque é grave. Está aqui, olhe: “Fernando Padula Novaes, chefe de gabinete”, decreto de 18 de novembro. Foi nomeado, Sr. Presidente.

Eu fiquei chocado, porque como é que pode? Ele também estava envolvido.

Não posso deixar de fazer esse registro, deputado Coronel Telhada, que ele estava envolvido também naquele outro caso, em 2015, quando o Alckmin tentou fechar mais de 100 escolas naquele projeto de reorganização.

Imagine, fechar escolas no estado de São Paulo. Houve uma mobilização, os alunos fizeram mobilização, os secundaristas. Ocuparam mais de 200 escolas no estado de São Paulo, e reverteram. O Alckmin foi derrotado e teve que recuar, extinguindo o projeto, e ainda por cima teve que exonerar, ou pediu para o secretário sair do cargo, o Herman, que era o secretário da Educação.

Mas teve um vazamento de uma conversa numa reunião entre o Fernando Padula e os dirigentes de ensino, onde ele orientava os dirigentes a abrirem guerra: “Nós temos que fazer uma guerrilha contra esse movimento, contra os alunos”. Ele organizou a luta contra as ocupações e, sobretudo, na prática, estava defendendo o fechamento de escolas.

Mas foi um movimento derrotado, e o nome dele apareceu novamente num escândalo, ele militando, de uma forma trevoosa, contra os alunos, contra a Educação estadual. Então, a rede está chocada. Conversei com várias pessoas, professores, dirigentes de entidades representativas do Magistério. Como é que pode?

A pessoa estava envolvida no escândalo da merenda escolar, e agora foi nomeado pelo Doria, gente. É o governo Doria. Não tem nada de ético aí, nomeou uma pessoa envolvida na máfia da merenda escolar, que era chefe de gabinete, que era citado como nosso homem. O “Moita”, que era o outro, chefe de gabinete da Casa Civil, citava o Fernando Padula, esse nomeado agora pelo governo Doria na Secretaria de Planejamento, Gestão e Orçamento - não sei se essa é a ordem aqui dessa secretaria -, ele citava o Fernando Padula como “o nosso homem”. Falava para os empresários: “Lá nós temos um apoiador, um contato, um homem da nossa confiança”. Esse “nosso homem” era citado como o Fernando Padula.

Então, pessoal, só para concluir, Fernando Padula agora é o chefe de gabinete dessa secretaria, cujo secretário é o Mauro Ricardo, que é o exterminador dos direitos e da dignidade dos servidores públicos do estado de São Paulo, sobretudo da nossa área aqui dos servidores da Educação, das professoras, do quadro de apoio escolar, de gestores. É isso, gente, o que está acontecendo.

Agora nós vamos fazer aqui, Sr. Presidente, um requerimento de informação. Vamos levar o caso também para o Ministério Público para que haja uma análise dessa situação, porque isso desmoraliza toda a Administração Pública, desmoraliza a própria Secretaria de Orçamento, que já é desmoralizada porque ataca os nossos servidores.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - E por fim, Sr. Presidente, para concluir, queria continuar falando aqui do ataque que a Secretaria da Educação vem fazendo contra a rede estadual, fechando salas e turnos. Já fiz várias denúncias e vou continuar fazendo. A Escola Estadual Caetano de Campos, que fica na Praça Roosevelt, está sendo ameaçada de fechamento de salas, do turno.

O turno noturno está sendo totalmente fechado, que atende a Educação de Jovens e Adultos na área do Ensino Médio, que atende o ensino regular, será fechado. A comunidade escolar está revoltada, está mobilizada contra esse fechamento.

Falei já da Escola Esther Garcia, da Diretoria Sul 3 também, que já teve o anúncio de que o seu curso noturno será totalmente fechado. Pasmem V. Exas.: a Secretaria, a Diretoria Sul 3, disse que não tem demanda. Eu conheço a escola e já lecionei nessa escola, deputado Coronel Telhada. Lecionei, fui assistente de direção lá há muitos anos, em 1992 ou 1993, não me lembro o ano.

A escola tem alta demanda. Fica no Grajáú, numa região carente, uma região sem estrutura nenhuma onde falta tudo, onde o Estado é omissio. E eles querem fechar um turno inteiro no Grajáú, acreditem se quiser, mas é isso que a Diretoria Sul 3, que fecha muitas salas e turnos na região.

Falei também, Sr. Presidente, de uma escola que fica na região de Jundiáí - essa é grave - a Escola Estadual Visconde de Congonhas do Campo. Essa escola, Sr. Presidente, - é grave isso - terá salas fechadas, turnos fechados para abrigar a burocracia da Diretoria de Ensino de Jundiáí. A Secretaria de Jundiáí vai ocupar a escola. Isso é grave. Eles reclamam que os alunos ocupam escolas; lá é ao contrário.

Em Jundiáí, nós temos a inversão. A Diretoria de Ensino vai ocupar uma escola, vai fechar uma parte da escola, desativar salas de aula, espaços pedagógicos para instalar a sua burocracia. Ao invés de comprar um prédio, de alugar um prédio na cidade, num lugar central, de fácil acesso, enfim, não. Ela vai o quê? Atacar uma escola, fechando espaços pedagógicos e fechando salas.

Eu me refiro aqui - já fiz essa denúncia, mas faço novamente, secretário - à Escola Estadual Visconde de Congonhas do Campo. Já acionei o Ministério Público em relação a isso, quero deixar isso muito claro.

O mesmo acontece, o fechamento de salas e turnos, com a Escola Estadual Francisco Alves Mourão, da Diretoria Sul 2, que fica no Jardim Apurá. Essa escola também está tendo salas fechadas numa região carente, pobre, que não tem infraestrutura nenhuma, com pouquíssimas escolas e com um agravante: no mesmo bairro foi construído um conjunto habitacional, que nós fomos contra construir naquele terreno.

Defendemos casas populares, mas construíram um conjunto habitacional com mais de 190 prédios, Sr. Presidente, numa área de manancial, na beira da Represa Billings. Isso foi uma parceria do Estado, do governo federal e do município em plena beira da represa, num parque, que era o parque que a popu-

lação usava como espaço de lazer. Esse parque foi destruído e construíram lá 190 prédios.

Nós fizemos movimentos, audiências públicas, denúncias no Justiça, no Ministério Público, mas o poder econômico venceu. As grandes empreiteiras tinham interesse e construíram ali um grande condomínio, só que não tem escola. Não construíram uma escola lá dentro para atender essa alta demanda. E, mesmo assim, estão fechando a escola estadual próxima a esse conjunto do Parque dos Búfalos. Está sendo fechados, Sr. Presidente, vários turnos, não a escola.

A escola não está sendo fechada inteiramente, mas turnos de salas estão sendo fechados na Escola Francisco Alves Mourão. Ou seja, para concluir, Sr. Presidente, esse secretário da Educação, o Rossieli “Weintraub Ricardo Salles”, está aproveitando a pandemia para passar boiadas. Não só uma boiada, mas várias boiadas.

A primeira delas é a introdução, na marra, do PEI, esse projeto excludente, que vai virar vitrine eleitoral para o governo Doria disputar - acho que ele vai tentar disputar, logicamente, a Presidência da República. Então, ele está se preparando para ter ali alguma vitrine, algumas poucas escolas que vão oferecer algum aumento da qualidade de ensino. É lógico que ele vai diminuir, excluir a maioria.

Uma escola com 1.500 ou 1.300 alunos, por exemplo. Ela vai atender só 300 e os outros 1.000 alunos ela dispensa, matrícula em outras escolas distantes, superlotando outras escolas. Mas vai ter ali um cartão de visitas, uma vitrine para apresentar. Nós temos aqui escola de tempo integral, só algumas, que a rede é grande, mais de 4.000 escolas. Então, ele vai apresentar uma porcentagem pequena, logicamente.

O que vai acontecer, Sr. Presidente? Com isso, haverá superlotação em outras escolas, a precarização de outras escolas já precarizadas e superlotadas. Eu tenho denunciado isso exaustivamente, muitas escolas que tiveram que implantar esse projeto na marra, sem autorização da comunidade. Teve manobra de reuniões, diretorias de ensino forçaram a barra.

Eu já fiz várias denúncias em relação a isso em várias regiões do Estado. Inclusive, acionei o Ministério Público em relação a esse fato. E o outro fato de desmonte da Educação é o fechamento geral de salas e turnos da rede estadual, que nós estamos recebendo agora. Isso sempre aconteceu, Sr. Presidente, mas agora em proporção muito grande, que eu nunca vi, de reclamações e de fechamento de turnos.

Ele aproveitou a pandemia. É mais difícil mobilizar alunos, pais, professores. Tudo é mais difícil na pandemia, que vem se agravando. Depois, em algum momento, nós vamos debater essa questão da reabertura criminosas das escolas. E a situação agora está se agravando no estado de São Paulo, na cidade de São Paulo. E o governo adiou ainda para o dia 30, depois da eleição, com medo de ter algum tipo de prejuízo eleitoral na campanha do Bruno Covas.

O governo adiou exatamente para um dia após a eleição, na segunda-feira. Então, nós já sabemos o que virá pela frente. A reabertura das escolas está, de fato, aumentando o número de contaminações no estado de São Paulo, sobretudo aqui na cidade de São Paulo. Estão escondendo esses dados até o dia 30, Sr. Presidente.

E o fato é que há esse desmonte, o projeto do PEI, projeto excludente, e o fechamento indiscriminado de turnos e salas do estado de São Paulo. Também já acionei o Ministério Público em relação a esse fato, Sr. Presidente. Espero que o Ministério Público faça uma dura e profunda investigação, e abra uma ação judicial contra a Secretaria da Educação e contra o governador Doria pelo desmonte da Educação no estado de São Paulo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Havendo acordo entre as lideranças e não havendo mais nenhum orador inscrito, eu solicito o levantamento desta sessão.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADDA - PP - Muito obrigado, deputado. É regimental. Portanto, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, esta Presidência adita à Ordem do Dia os seguintes projetos de lei vetados: PL 679/16, PL 558/18, PL 755/19, PL 799/19, PL 1.051/19 e PL 1.052/19.

Havendo acordo de líderes, antes de dar por levantados os trabalhos, convoco V.Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia da última quinta-feira e os aditamentos ora anunciados. Muito obrigado a todos.

Está levantada a sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 22 minutos.

* * *

24 DE NOVEMBRO DE 2020 98ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: GILMACI SANTOS e CAUÉ MACRIS

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - GILMACI SANTOS

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - CARLOS GIANNAZI

Solicita o apoio dos deputados para a aprovação do PDL 22/20. Esclarece que o mesmo prevê a revogação do Decreto 65.021/20, que acarreta em descontos nos proventos dos servidores aposentados e pensionistas. Alega que esses descontos afetam negativamente a vida dessas pessoas. Crítica o cancelamento da retransmissão das sessões ocorridas nesta Casa, pela TV Alesp, às 23 horas. Afirma que essa seria uma medida de censura.

3 - CORONEL TELHADDA

Concorda com o discurso do deputado Carlos Giannazi sobre a TV Alesp. Solicita que o presidente Caué Macris retome a retransmissão das sessões. Sauda as datas comemorativas de 24/11. Exibe imagem de barricadas feitas por assaltantes, na cidade de Araraquara. Comenta a perigosa situação de trabalho dos policiais no Estado.

4 - AGENTE FEDERAL DANILLO BALAS

Comenta visita ao Instituto Médico Legal de Sorocaba. Discorre sobre o Decreto Legislativo 1518/09. Alega que o diretor do IML, Dr. Tufik Charabe, teria tentado impedir sua entrada no instituto citado. Exibe imagens do IML de Sorocaba. Lamenta a situação precária em que se encontra o local. Diz ter oficiado os órgãos competentes para que a situação desse espaço seja melhorada.

5 - CORONEL NISHIKAWA

Discorre sobre o PL 413/19, que autoriza a manutenção e aproveitamento das atividades administrativas de policiais militares com mobilidade reduzida e aposentados. Alega que as dependências de diversos quartéis estariam em péssimas condições. Solicita que os deputados enviem emendas para esses quartéis.

6 - FREDERICO D'AVILA

Tece críticas ao governador João Doria. Cita diversos produtos hortifrutigranjeiros e outros insumos que irão sofrer alterações tributárias, em razão da aprovação do PL nº 529/20.

GRANDE EXPEDIENTE

7 - CARLOS CEZAR

Solicita a suspensão da sessão até as 17 horas, por acordo de lideranças.

8 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS

Defere o pedido e suspende a sessão às 15h07min.

9 - PRESIDENTE CAUÉ MACRIS

Reabre a sessão às 17h08min.

10 - CARLOS GIANNAZI

Pelo art. 82, discorre sobre audiência pública da Comissão de Segurança, com a presença do secretário

de Administração Penitenciária. Informa que há 12 mil cargos vagos no Sistema Prisional. Lamenta que não há chamada dos aprovados em concursos. Diz ter cobrado do secretário o pagamento do bônus penitenciário e a agilização das promoções. Demonstra seu apoio aos colegas professores do Paraná, que estão em greve de fome contra o que considerou um ataque do secretário de Educação Renato Feder. Afirma que o mesmo promoverá uma prova presencial, para que sejam selecionados professores temporários. Crítica o fim da retransmissão das sessões plenárias no período noturno. Pede a interferência do presidente neste assunto.

11 - PRESIDENTE CAUÉ MACRIS

Afirma que nunca interveio na atuação da TV Assembleia e que a mesma é autônoma. Diz que não sabia que as retransmissões haviam sido suspensas. Esclarece que questionará o diretor de Comunicação da Casa para entender a decisão tomada.

12 - PROFESSORA BEBEL LULA

Pelo art. 82, demonstra sua preocupação com o fechamento dos cursos de Educação de Jovens e Adultos no período noturno. Esclarece que não concorda com a volta às aulas presenciais neste momento. Ressalta que as escolas não se prepararam para as aulas presenciais desde o fechamento no final de março. Lamenta que o fechamento da EJA prejudicou os alunos trabalhadores. Informa que são jovens que não puderam estudar em idade própria, e que estão sendo novamente excluídos.

ORDEM DO DIA

13 - PRESIDENTE CAUÉ MACRIS

Coloca em votação e declara aprovado requerimento de urgência ao PL 854/19. Convoca os Srs. Deputados para uma sessão extraordinária, a realizar-se em 24/11.

14 - CORONEL TELHADDA

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

15 - PRESIDENTE CAUÉ MACRIS

Anota o pedido. Convoca reuniões conjuntas das Comissões de: Constituição, Justiça e Redação, Educação e Cultura e Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se em 24/11, às 18 horas e 30 minutos; Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais e Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se em 24/11, um minuto após o término da reunião anterior; Constituição, Justiça e Redação, Saúde e Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se em 24/11, um minuto após o término da reunião anterior. Defere o pedido do deputado Coronel Telhada. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental. Lembra a realização da sessão extraordinária, a realizar-se dia 24/11 às 19 horas. Levanta a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Gilmaci Santos.

* * *

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Neste momento, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, começamos o nosso Pequeno Expediente, convidando para fazer uso da palavra o nobre deputado Ricardo Mellão. (Pausa.) Nobre deputado Itamar Borges. (Pausa.) Deputado André do Prado. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Dr. Jorge Lula do Carmo. (Pausa.)

Deputado Maurici. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputada Dra. Damaris Moura. (Pausa.) Deputada Janaina Paschoal. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson. (Pausa.) Deputado Douglas Garcia. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi, tem V. Exa. o tempo regimental no Pequeno Expediente.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador da TV Assembleia, venho mais uma vez à tribuna da Assembleia Legislativa para fazer um apelo a todos os deputados e deputadas para que nós possamos votar, em caráter de extrema urgência, o nosso PDL 22/20, o Projeto de decreto legislativo nº 22, de 2020, que eu apresentei na Assembleia Legislativa para revogar, para anular o perverso decreto do governador Doria, que confisca, que rouba, que assalta os proventos dos aposentados e pensionistas que ganham entre R\$ 1.045,00 e R\$ 6.100,00.

É um assalto à mão armada em praça pública acontecendo no nosso estado e nada é feito, por conta do projeto da reforma da Previdência, que foi aprovado aqui na Assembleia Legislativa. Projeto do governo Doria, que agora ataca, faz um saque criminoso nos holerites dos proventos e das pensões dos nossos servidores, que já contribuíram no passado com a São Paulo Previdência, com o Ipesp, e agora estão sendo assaltados pelo governador Doria.

Servidores que ganham nessa faixa que eu citei, de R\$ 1.045,00 e R\$ 6.100,00, estão tendo descontos de 12% a 16% nesses proventos - e muitos servidores têm doenças graves. São servidores de idade já avançada, fazendo tratamentos, e precisam muito desse dinheiro. Do nada, do dia para a noite, estão recebendo esse desconto, que faz muita falta no provento de um aposentado.

Até porque, todos sabem que, quando uma pessoa se aposenta, ela perde o valor do seu salário. Cai bastante, porque ela perde alguns benefícios. Perde vale-refeição, vale-transporte. Tudo isso desaparece, gratificações. O salário fica extremamente reduzido. Mas, como se já não bastasse essa redução, mais o congelamento dos salários.

Porque não tem aqui em São Paulo a reposição das perdas inflacionárias, muito menos reajuste salarial, nem para o servidor da ativa, nem ao aposentado e pensionista.

Então, esse servidor aposentado ou pensionista sofre muito mais, porque além de todos esses ataques que eu citei, ainda tem esse desconto inesperado, fruto da reforma da Previdência. Então, eu peço o apoio dos deputados e deputadas para que o nosso PDL seja aprovado em caráter de extrema urgência.

Há uma ampla mobilização no estado, com abaixo-assinado, com pressão dos servidores aposentados e pensionistas. As entidades representativas dos servidores estão mobilizadas, pedindo e pressionando a Assembleia Legislativa para que ela resolva essa situação.

O apelo vai, sobretudo, para quem votou a favor da reforma da Previdência. Quem votou a favor da reforma da Previdência é responsável por esse confisco, por esse assalto criminoso aos aposentados e pensionistas. Então, é uma forma de reparação.

Alguns deputados: “Eu me arrependi. Se eu soubesse que ia acontecer isso, eu não teria votado”. Então, deputadas e deputados que se arrependeram, que disseram que foram enganados pelo Doria: é a hora de fazer a reparação. Chegou a hora de V. Exas. votarem e ajudarem na aprovação do nosso PDL 22.

Só para concluir, Sr. Presidente, eu queria fazer uma rápida indagação a V. Exa., que está na Presidência. Eu fiquei chocado, deputado Telhada, V. Exa. que faz uso da tribuna constantemente, fazendo intervenções, trazendo as demandas de uma categoria que V. Exa. representa muito bem.

Nós fomos informados de que a TV Alesp não está mais retransmitindo as sessões à noite, às 23 horas, porque desde que ela foi criada, ela reproduz.

Porque as pessoas agora estão trabalhando. Elas não podem ficar assistindo à TV Alesp. Então elas assistem à noite,